

# Os militares e a política

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



A participação dos militares na política brasileira sempre foi objeto de críticas, estudos e justificativas. A verdade é que a República foi proclamada no Brasil como consequência de um golpe de Estado contra o imperador, que uniu o pessoal fardado aos produtores agrícolas, muito contrariados com o fim da escravidão, ocorrida em 1888. As duas forças se uniram, derrubaram o Império e embarcaram D. Pedro II no navio em direção a Europa. O imperador faleceu no hotel Belford de Paris, em 1891, pobre, mas com os bolsos cheios de terra do Brasil. O símbolo da saudade de seu país.

O Brasil, depois do Império, foi entregue a dois marechais. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Além de questões objetivas, havia uma doutrina política em moda na época. Era o positivismo do francês Augusto Comte, que teve alunos brasileiros e chegou ao Brasil por intermédio de professores das escolas militares. O princípio básico apontava no sentido de criar um sistema chamado de ditadura republicana que criava um governo democrático, mas protegido contra eventuais rebeliões da massa. Era o temor de que se repetisse aqui eventos semelhantes aos da Revolução Francesa.

Os primeiros momentos da jovem República se constituíram em esforço para evitar o retorno da monarquia, fortalecer o sistema e evitar a desagregação territorial do país. Militares tiveram forte presença nesse período que vai até a posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Mas os militares perceberam, também, que, do ponto de vista operacional, as forças armadas brasileiras eram mal equipadas, mal distribuídas no território nacional e com baixo nível de comando. No entanto, para modernizar o Exército, era necessário modernizar o país. A partir desta compreensão, a política entrou nos quartéis.

A revolta dos 18 do Forte, em Copacabana, em 5 de julho de 1922, foi o primeiro sinal de que o vento começava a mudar. O segundo 5 de julho, o de 1924, ocorreu após a tomada da cidade de São Paulo, do enfrentamento com tropas do governo federal e o início da marcha da coluna Miguel Costa, depois chamada de Coluna Prestes. A coluna saiu de São Paulo, foi a Foz do Iguaçu e dali iniciou um impressionante roteiro que levou seus integrantes até o extremo nordeste brasileiro. Mais de 20 mil quilômetros a pé. Os militares conheceram a realidade brasileira. Na volta, fugindo dos jagunços que os perseguiram, buscaram exílio na Bolívia e no Paraguai.

Os cadetes da coluna Prestes se tornaram oficiais e participaram ativamente do movimento militar de 1964. Antes, alguns deles, além de integrar o governo

Vargas, trabalharam na Força Expedicionária Brasileira (25.834 homens) que lutou na Itália contra o exército nazista de Hitler. E assistiram em Nápoles a libertação de Roma, depois da queda dos fascistas, quando Mussolini foi pendurado de cabeça para baixo num posto de gasolina em Milão. A participação na guerra colocou os militares brasileiros ao lado do pensamento liberal norte-americano, que prevaleceu ao final do conflito. O comunismo também venceu com o Exército Vermelho de Stalin. No Brasil, o Partido Comunista foi fundado em 1922 em Niterói (RJ). Tempos depois, Prestes, um dos comandantes da coluna, se declarou comunista e se transferiu para Moscou.

O presidente Ernesto Geisel comandou a abertura lenta e gradual do regime político no Brasil. Seguiu as diretrizes de seu braço direito, general Golbery do Couto e Silva, que tinha por objetivo restaurar o Estado de direito pleno no Brasil e retirar os militares da política. E conseguiu. Ele viveu o tempo do regime

de 1964, em que os oficiais se integraram a blocos de opinião dentro das Forças Armadas. O objetivo da abertura política foi mandar os militares de volta aos quartéis, restabelecer a hierarquia e a disciplina. Antes, o presidente Castello Branco extinguiu o posto de marechal e estabeleceu uma série de medidas administrativas para reorganizar a carreira militar.

O presidente Bolsonaro caminha no sentido inverso. Ele pretende que os militares participem mais da política nacional. Ele se protege de um eventual impeachment com o pessoal de alto coturno a seu lado. Nos países desenvolvidos, os civis mandam nos militares. Nas ditaduras e regimes de exceção, ocorre o contrário. O Ministério da Defesa é um cargo civil. Na atual administração, transformou-se em posto militar. É nessa linha que o presidente Jair Bolsonaro tentará a sua reeleição, acompanhado por um vice quatro estrelas, general Braga Neto. É caminhar na contramão da história do Brasil.

## Amazônia mais legal

» MARCELO THOMÉ  
Arquiteto e empresário, é CEO do Instituto Amazônia+21

Mais de 100 países assumiram o compromisso coletivo de reverter as perdas florestais em seus territórios. O acordo assinado na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP26), em Glasgow, envolve países com grandes áreas de florestas como Canadá, Colômbia, Indonésia, República Democrática do Congo e, claro, o nosso Brasil.

Ao anunciar que promoverá o desmatamento ilegal zero no Brasil até 2028, o governo federal fortalece a defesa da Amazônia e do desenvolvimento sustentável. Cada árvore salva, com sua função na captura e estoque de carbono, é mais um ponto de apoio dos negócios sustentáveis. Para permanecer em pé, a floresta detentora do maior patrimônio genético do planeta precisa de investimentos e parcerias de empresas grandes, médias e pequenas, locais e transnacionais. E o seu manejo tem que impactar positivamente na qualidade de vida dos 24 milhões de brasileiros que nela habitam.

No esforço para cumprir o tratado de Glasgow e zerar o desmatamento ilegal, o Brasil precisa de uma mobilização que incentive a sustentabilidade socioeconômica na Amazônia, com desenvolvimento local e inclusão de comunidades. Imprescindível a incorporação de novas tecnologias, inovação e formação profissional, estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e investimentos em educação e

associação de conhecimentos novos e tradicionais.

Apresentamos na COP26 um movimento empresarial da Amazônia conectado à realidade do século 21, comprometido com a sustentabilidade socioeconômica, com a floresta e com as pessoas. A face prática desse movimento é o Instituto Amazônia+21, uma iniciativa de empresários da Amazônia com suporte da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das nove Federações das Indústrias dos Estados que compõem a Amazônia Legal Brasileira. Com abordagem ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), o Instituto Amazônia+21 surge para promover negócios sustentáveis na região e adequar empreendimentos já existentes à realidade, demandas e vocações da Amazônia.

Conhecemos as diferentes realidades nas sub-regiões da Amazônia e devemos afirmar que o desmatamento ilegal zero deve envolver o combate a todo um conjunto de atividades ilegais entranhadas no atraso, velhas práticas que, além da tragédia ambiental, tiram a dignidade de trabalhadores tragados para essa zona ilícita. Quem trabalha sério para produzir e gerar empregos na Amazônia se submete a um complexo conjunto de leis, códigos e regulamentos. Isso tem um custo muito alto, mas é pelo diálogo com o Estado que tratamos conflitos, excessos e até abusos. Enquanto isso, as atividades ilegais escamoteiam o avanço sobre a floresta, a exploração predatória e a concorrência desleal contra empresas

com responsabilidades social, ambiental e fiscal.

O compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 traz boas expectativas, mas não se pode descuidar desse foco mais amplo e devastador para a imagem do Brasil e a vida na floresta amazônica: as atividades ilegais que contaminam rios, degradam terras e biomas, assassinam e roubam populações tradicionais. O prejuízo socioambiental é calculado em dezenas de bilhões de reais, sem considerar o custo da narrativa de que qualquer atividade mais arrojada na região é predatória e sem escrúpulos. Atividades sustentáveis, com tecnologias apropriadas, fiscalização e controle efetivo do Estado, fortalecem o desenvolvimento sustentável e podem gerar ganhos para comunidades locais em escala adequada, com mais qualidade de vida e justiça para o povo da Amazônia.

Os princípios ESG impõem compromissos socioambientais desafiadores para a jornada do Instituto Amazônia+21. No caminho do desenvolvimento sustentável, o Brasil há que ter práticas inovadoras e valores rígidos. O adjetivo que indica enquadramento na lei não pode ser associado às nossas florestas apenas para a referência geopolítica dos nove estados incluídos na Amazônia Legal Brasileira. Afinal, como no mundo de Drummond, o Raimundo seria rima, nunca solução, sustentabilidade e ilegalidade não se afinam.

## Desigualdade de gênero, barreira ao crescimento profissional das mulheres

» MARIA NILCE MOTA  
Superintendente de Ação Social e Filantropia do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee)

A desigualdade de gênero persiste como um grave problema social no Brasil. A despeito de todos os avanços da sociedade é inquestionável a forte influência do patriarcado na nossa formação como indivíduos. A relação homem x mulher continua desigual (de maneira sistêmica e cultural) e está presente no meio social, profissional e familiar.

Apesar de as mulheres brasileiras representarem a maioria da população (51,7%), isso está longe de ser traduzido em empregabilidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, as mulheres lideram as taxas de desemprego e foram as que mais perderam oportunidades por conta da crise econômica desencadeada pela pandemia de covid-19. Quando falamos em cargos de liderança a disparidade na representatividade se torna ainda mais evidente. Ainda segundo dados do instituto, as mulheres receberam apenas 77,7% do salário dos homens em 2019.

Conforme escalamos a pirâmide hierárquica, a disparidade aumenta e as mulheres continuam a ter proventos menores, cerca de 61,9% do rendimento dos homens em cargos de gerência e diretoria. Àqueles que buscam desculpas para justificar o injustificável não poderão se utilizar do grau de instrução, uma vez que as mulheres ultrapassaram a escolaridade dos homens ainda em 1991, de acordo com Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE), da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Avanço resultante meramente de decisões pessoais das mulheres, já que não foram desenvolvidas políticas públicas para facilitar maior acesso à educação.

O exercício da liderança ainda pressupõe combates recorrentes aos estereótipos sociais e culturais. A associação entre liderança e masculino ainda é potente na sociedade, e essa construção nunca levou em conta a jornada de trabalho não remunerado, tais quais, cuidados com as crianças, demandas domésticas e outras responsabilidades familiares, fazendo com que o esforço das mulheres para alcançar cargos de gestão seja maiores e mais desafiadoras.

Para alcançar altos cargos, não é preciso apenas provar competência, é necessário comprovar repetidas vezes a sua capacidade pelo simples fato de ser mulher. A verdade indigesta é que as estruturas das organizações, historicamente, não nos consideram no papel de liderança, de poder ou influência. Os estereótipos normativos de gênero impregnados socialmente, em geral, remetem a liderança a características tidas como masculinas.

Soma-se, ainda, ao fato dessas referências históricas de liderança estarem atreladas ao masculino, não se levando em consideração os obstáculos que as mulheres enfrentam para se colocarem nessa posição. Contudo, também é preciso considerar e comemorar os avanços sem perder de vista o longo caminho ainda a percorrer. Para isso, além do combate aos estereótipos de gênero, é preciso aumentar a representatividade feminina no mundo do trabalho e nos cargos de liderança.

Temos como exemplo o Congresso brasileiro, em que a bancada feminina representa apenas 15% dos parlamentares, sendo que as mulheres constituem a maioria do eleitorado brasileiro. Segundo o Mapa das Mulheres na Política da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa o 140º lugar no ranking de representação feminina no parlamento e um dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil é justamente a igualdade de gênero. É necessário pensar em estratégias nas organizações, mas também envolver atores sociais e econômicos para atuarem na redução da discriminação de gênero.

Um futuro sustentável e igualitário permanecerá fora de alcance enquanto as mulheres não tiverem a garantia de participação, em igualdade de condições e oportunidades na vida política, social e econômica do país. E essa não deve ser uma luta das mulheres e de todos que desejam viver em uma sociedade com justiça social.